

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: O PopularClass.: 327Data: 02.12.90Pg.: 23

Funai tem reforço para tirar usuário da Ilha

A Superintendência Regional da Funai reforçará sua equipe de fiscais e policiais federais na Ilha do Bananal a partir da próxima segunda-feira, e garante estar preparada para enfrentar eventuais resistências dos fazendeiros, posseiros e retireiros, caso elas surjam no decorrer do processo de desocupação do Parque Indígena. Os usuários ilegais da reserva começaram a ser notificados na última terça-feira para abandonar a área no prazo máximo de 30 dias, em cumprimento à portaria do presidente da Funai, Cantídio Guerreiro Guimarães. Embora ainda não tenha havido qualquer incidente, o órgão solicitou ontem mais quatro agentes federais e novo grupo de funcionários, que se juntarão ou substituirão os 34 homens já em atuação na Ilha.

O aumento de pessoal, segundo o chefe da Divisão de Patrimônio Indígena da Fundação, Hélio Madalena, tem como objetivo reforçar as barreiras do baixo Javaé, pois é através deste rio que se registra a maior incidência de entrada no Parque. O Javaé margeia a Ilha numa extensão de quase 340 quilômetros, da ponta Sul à Norte, e quando seco, como agora, permite a passagem em vários locais. Outros policiais poderão ser requisitados a qualquer momento na Superintendência da Polícia Federal em Goiás, que se colocou à disposição da Funai, para ajudar no trabalho de desocupação, de acordo com Hélio Madalena. Apesar da aparente tranquilidade da operação, o órgão indigenista já tomou conhecimento de rumores que indicam a organização e reação de fazendeiros, relutantes em deixar a reserva.

A despeito de possíveis resistências, afirma o Chefe do Patri-

mônio Indígena, a Funai está disposta a fazer cumprir a portaria enquanto ela estiver em vigência, usando poder de polícia para forçar a saída dos usuários, se necessário. Em janeiro, quando vencer o prazo de 30 dias concedido pela Presidência, os fiscais deverão visitar cada um dos notificados, obrigando-os a abandonar a Ilha, sob pena de incorporar ao patrimônio indígena todos os seus bens, pertences e benfeitorias, como forma de indenização pelo uso ilícito das terras. Informações mais detalhadas estão sendo fornecidas aos usuários nos postos de fiscalização localizados em vários pontos da região: Jaraguá, Rio Verde, Pequi, Porto Piauí, Parrião, Patrocínio, Cural de Tábua, Cristalândia, São Félix, Santa Terezinha e Luciara.

Com uma área de 1 milhão 395 mil hectares, o Parque Indígena do Araguaia abriga cerca de 2 mil 700 índios das tribos Karajá, Javaé e Tapirapé, e o triplo de ocupantes brancos, estimados em sete a oito mil pessoas, entre usuários, posseiros e retireiros. Os usuários são grandes fazendeiros, que possuem terras principalmente nos municípios de São Miguel do Araguaia, Sandolândia, Araguaçu e Formoso, e utilizam a vegetação do sul da Ilha para engorda do rebanho. Eles compõem uma população flutuante e são os que mais oferecem resistência em desocupar a reserva, ao contrário dos posseiros, "ribeirinhos que foram empurrados para aquela área", segundo Hélio Madalena. A terceira categoria de ocupantes é formada pelos agregados de 1 mil 200 retiros existentes no Parque. A Funai está orientando todos a procurar os órgãos fundiários estaduais e federais para viabilizar seu reassentamento.